



Diretoria Administrativa – Serviço de Compras

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/10

PROCESSO DE COMPRA Nº 057/10 – PREGÃO ELETRÔNICO

Aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e dez, na sede do TRT da 15ª Região, localizada na Rua Barão de Jaguará, 901, Centro, Campinas/SP, CEP 13015-927, o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**, daqui em diante designado meramente TRT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.773.524/0001-03, neste ato representado por seu Diretor-Geral de Coordenação Administrativa, Evandro Luiz Michelon, portador da Carteira de Identidade RG nº 19.948.491-0 e do CPF/MF 107.974.688-97, de acordo com as atribuições que lhe foram conferidas, por delegação de competência, pela Portaria GP 06/2008, artigo 1º, inciso XXVII, publicada no DOE - Poder Judiciário - de 11/02/2008, em conformidade com o resultado do Processo de Compra nº 057/10 – Pregão eletrônico - SRP, resolve, nos termos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, bem como da Lei nº 10.520/02 e do Decreto nº 3.931/01, **REGISTRAR OS PREÇOS** para contratação da empresa doravante designada **FORNECEDOR**, em conformidade com o edital do Pregão e com as cláusulas e condições que se seguem.

FORNECEDOR

Amoreiras Comércio de Vidro e Alumínio Ltda ME, com sede na Rua Piracicaba, 1115, Jardim Novo Campos Elíseos, em Campinas/SP, CEP 13050-700, inscrita no CNPJ nº 09.583.940/0001-25, fone/fax: (19) 32295580, e-mail: amoreirasbox@ig.com.br, neste ato representada pelo Sr. Edson Bernardino dos Santos, portador da Carteira de Identidade nº 22.483.133-1 e do CPF nº 179.437.158-37.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de vidros e acessórios diversos, devidamente instalados nos prédios deste E. Tribunal, localizados na cidade de Campinas/SP, incluindo os materiais necessários à instalação, tais como massa, borracha, silicone, botões franceses, tarugo de espuma, adesivo, perfis e cantoneiras em alumínio ou metal, conforme descrição, preço e demais especificações constantes do Anexo a este instrumento – Preço Registrado e FORNECEDOR.

Parágrafo Único - A existência de preços registrados não obriga o TRT a adquirir os materiais, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

2.1. Sempre que julgar necessário, o TRT solicitará, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, o fornecimento dos materiais registrados, nas quantidades que for preciso, mediante Nota de Empenho.

2.1.1. A Nota de Empenho será enviada por meio eletrônico ou fac-símile ao FORNECEDOR, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso o FORNECEDOR não possua *e-mail* ou aparelho de *fac-símile*, a Nota de Empenho deverá ser retirada no Serviço de Compras, situado na rua Dr. Quirino, 1.080, 2º andar, Centro, Campinas-SP, no prazo de 1 (um) dia a partir da convocação.

2.1.2. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pelo FORNECEDOR durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo TRT.



Diretoria Administrativa – Serviço de Compras

2.1.3. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho no prazo previsto, bem como a constatação da situação irregular do FORNECEDOR perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros e Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – PGFN/RFB) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CEF), por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 1 % (um por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

2.2. A entrega dos materiais devidamente instalados, deverá ser efetuada nos locais indicados pelos Serviços Gerais do TRT, em dia de expediente normal, das 11h00 às 17h00, acompanhados da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura(s), no prazo estipulado neste Registro de Preços e nas quantidades indicadas por meio da Nota de Empenho.

2.3. Os chamados deverão ser atendidos em até 5 (cinco) dias, incluindo dentro desse prazo a emissão de orçamento encaminhado ao Tribunal.

2.4. Em todos e quaisquer chamados é necessária a presença do Técnico em troca de vidro ao local, para conferência de medidas.

2.5. O FORNECEDOR obrigará-se a realizar a **entrega dos materiais devidamente instalados, no prazo máximo de 10 (dez) dias**, a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho, com término dos serviços em, no máximo, **03 (três) dias**, a partir do seu início. Podendo esse prazo ser prorrogado apenas em caso de ocorrência de condições impeditivas, ou casos em que o próprio Tribunal der causa ao impedimento ou atraso na conclusão dos serviços. As justificativas deverão sempre ser colocadas por escrito, para a devida apreciação e eventual liberação de multas contratuais.

2.6. No caso de colocação de vidros de bronze com espessura de 8mm, principalmente por uma questão de segurança, a remoção e instalação desses nas fachadas deverá ocorrer em dias sem expediente, incluindo sábados, domingos e feriados.

2.7. O FORNECEDOR deverá, em todas as vezes em que ocorrer chamados para as medições ou instalações de vidros, informar os nomes dos técnicos e seus respectivos documentos, tipo de RG, bem como o dia e horário que se apresentarão nos locais dos serviços a serem realizados, sempre contatando os Serviços Gerais com antecedência.

2.8. O FORNECEDOR obrigará-se a garantir dos serviços por, no mínimo, **90 (noventa) dias**, a contar do recebimento definitivo por este Tribunal.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

3.1. Não poderá ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto desta licitação, nem mesmo durante a vigência da garantia do material, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial previstas no art. 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993, desde que previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério.

3.2. Responsabilizar-se pela qualidade dos materiais entregues, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.

3.3. Não contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes de ocupantes de cargo de direção e assessoramento, de membros, juízes ou desembargadores vinculados ao TRT,



Diretoria Administrativa – Serviço de Compras

conforme disposto no item 12.6 do edital.

3.4. Nomear um preposto para representá-lo durante o período de vigência desta Ata.

3.5. Se compromete a respeitar todas as condições estabelecidas nesta Ata, obrigando-se ainda a:

a) fornecer a seus funcionários todo o material de proteção, seja EPI ou EPC, com a disponibilização e conscientização de seus funcionários quanto à obrigatoriedade de uso desses equipamentos.

b) fornecer também aos seus funcionários escadas longas e médias, bem como outras ferramentas necessárias à execução dos serviços a serem realizados. O Tribunal não fornecerá escadas ou outras ferramentas.

c) ser responsável pela limpeza do local onde laborou, devendo promover a retirada do entulho produzido pela troca de vidros, sejam restos de vidros ou de outros materiais provenientes de sua atividade, inclusive restos de espelhos.

3.6. Comunicar quaisquer alterações havidas em seu contrato social, bem como manter, devidamente válidas e atualizadas as certidões de regularidade.

CLÁUSULA QUARTA: DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR - O FORNECEDOR será responsabilizado civil e administrativamente por quaisquer danos causados nas instalações, mobiliários, equipamentos e demais utensílios do TRT, e pelo extravio de quaisquer documentos ou objetos, quando comprovados dolo ou culpa de seus empregados, devendo proceder imediatamente aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento dos produtos adquiridos.

CLÁUSULA QUINTA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

5.1 O recebimento provisório ocorrerá, no ato da entrega dos materiais, devidamente instalados, de acordo com todas as especificações constantes do edital, acompanhado da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura(s), quando será emitido o termo de recebimento provisório, conforme dispõe o artigo 73, inciso II, alínea “a” da Lei nº 8.666/93.

5.2. O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis a partir da entrega dos materiais, devidamente instalados, acompanhados da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura(s), cuja conferência e atestação serão feitas pela Comissão de Recebimento de Material Permanente e Expediente.

5.2.1. Na ocorrência de qualquer circunstância que desaprove o recebimento definitivo, este ficará pendente e o pagamento suspenso até o saneamento das irregularidades, não podendo o FORNECEDOR, em nenhuma hipótese, interromper os demais fornecimentos eventualmente pendentes, sendo que durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa do FORNECEDOR, não incidirá sobre o TRT qualquer ônus, inclusive financeiro.

5.3. O pagamento será efetuado pelo Serviço de Execução Orçamentária e Financeira do TRT, num prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo dos materiais, conforme dispõe o artigo 73 da Lei nº 8.666/93, sendo o crédito providenciado por meio de ordem bancária, na conta corrente indicada pelo FORNECEDOR no processo licitatório.



Diretoria Administrativa – Serviço de Compras

5.4. No dia útil posterior ao da sua emissão, a ordem bancária de pagamento será remetida ao Banco do Brasil S/A - Posto de Atendimento do TRT. O período seguinte, até o efetivo crédito do valor na conta corrente do FORNECEDOR, refere-se aos trâmites interbancários.

CLÁUSULA SEXTA: DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

6.1. O FORNECEDOR que, injustificadamente, não apresentar documentação exigida para o certame, apresentar declaração falsa, não assinar a Ata de Registro de Preços, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajustado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta ata e das demais cominações legais.

6.2. Salvo a existência de motivo expressamente justificado e aceito, a inexecução total ou parcial do ajustado ensejará sua rescisão pela Administração, pelos motivos, na forma e com as consequências previstas nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que aludem os artigos 86 a 88 do mesmo instituto legal.

6.3. Ficam estabelecidas as seguintes multas sobre o valor dos materiais entregues em atraso, a partir do último dia do prazo definido nesta Ata, as quais serão descontadas na fatura por ocasião do pagamento:

- até o sétimo dia de atraso, multa única de 1% (um por cento);
- a partir do oitavo dia de atraso, multa diária de 0,2% (dois décimos por cento).

6.4. Na reincidência, as multas serão cobradas em dobro.

6.5. A aplicação das multas estabelecidas nesta cláusula não impede que o TRT rescinda unilateralmente o ajuste e/ou aplique as demais sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei n.º 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002.

6.6. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos ao FORNECEDOR o contraditório e a prévia defesa.

6.7. Se o FORNECEDOR não efetuar a entrega dos materiais em até 10 (dez) dias após o prazo previsto, poderá ensejar, por sua culpa, a rescisão do ajustado.

6.8. A rescisão do ajustado por culpa do FORNECEDOR, por inexecução do ajustado ou pela não entrega dos materiais, implicará pagamento de multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total adjudicado ou dos materiais não entregues.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESCISÃO - Constituem motivos para a rescisão deste ajuste as situações previstas nos artigos 77 e 78, nas formas contidas no artigo 79, com as consequências do artigo 80, e sem prejuízos das sanções administrativas dos artigos 86 a 88, todos da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA - O prazo de vigência da presente Ata é de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO - O fornecimento será acompanhado e fiscalizado pelo Diretor dos Serviços Gerais, designado gestor da presente ata.

n. 47/10



Diretoria Administrativa – Serviço de Compras

CLÁUSULA DEZ: DAS OBRIGAÇÕES DO TRT- O TRT se compromete a dar plena e fiel execução à presente Ata, respeitando todas as condições estabelecidas, obrigando-se ainda a efetuar o pagamento no prazo estabelecido neste instrumento.

CLÁUSULA ONZE: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A presente despesa fica condicionada à Lei Orçamentária n.º 12.214, de 26/01/2010, publicada no DOU de 27/01/2010 e no exercício subsequente correrá por conta da dotação consignada para atender as obrigações de mesma natureza, assim classificada:

- 02.061.0571.4256.0001 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional;
- 3390.30 - Material de Consumo;
- 24 - Material para Manutenção de Bens Imóveis/Instalações.

CLÁUSULA DOZE: DO PREÇO - Os preços (valores unitários por metro quadrado) dos materiais a serem fornecidos são os constantes no anexo a esta ata.

Parágrafo Único – Já estão incluídas nos valores constantes no *caput* desta cláusula todas as despesas de transporte, embalagens, impostos, contribuições, seguros, e quaisquer outros encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes desta Ata.

CLÁUSULA TREZE: DO RECOLHIMENTO DAS MULTAS – As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por rescisão do ajuste por culpa do FORNECEDOR, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT.

Parágrafo Único – Na ausência do pagamento das multas, o TRT poderá descontar o respectivo valor dos eventuais créditos do FORNECEDOR. Inexistindo crédito em favor do FORNECEDOR, os valores deverão ser por ele recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por “Aviso de Recebimento – AR”, sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

CLÁUSULA QUATORZE: DAS TRANSFORMAÇÕES DO FORNECEDOR E DA TRANSFERÊNCIA OU CESSÃO DA ATA – Ocorrendo as hipóteses de transformação empresarial previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993, a presente Ata poderá ser mantida com o FORNECEDOR, ou cedida ou transferida, mediante prévia autorização por escrito do TRT e a seu exclusivo critério, e desde que:

- 1) O FORNECEDOR remanescente, ou o beneficiário da cessão ou da transferência, demonstre possuir as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital ao qual está vinculada esta Ata, em especial as regularidades estabelecidas no item 1 da cláusula 12 (apresentação de certidões do FGTS e da Secretaria da Receita Federal do Brasil);
- 2) A empresa seja beneficiária da cessão ou transferência também em decorrência das hipóteses de transformação previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993; e
- 3) Não se verifique fraude à licitação.

CLÁUSULA QUINZE: DO FORO – Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas - Justiça Federal do Estado de São Paulo - para dirimir toda e qualquer questão que derivar desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

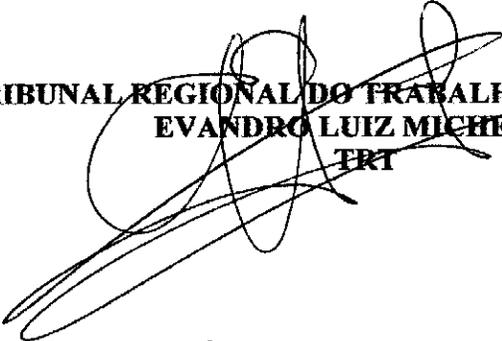
fl. 5/7



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Diretoria Administrativa – Serviço de Compras

Campinas, 30 de julho de 2010.


TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
EVANDRO LUIZ MICHELON
TRT

AMOREIRAS COMÉRCIO DE VIDRO E ALUMÍNIO LTDA ME
EDSON BERNARDINO DOS SANTOS
FORNECEDOR





Diretoria Administrativa – Serviço de Compras

ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 071/10

PROCESSO DE COMPRA N.º 057/10 – PREGÃO ELETRÔNICO

PREÇO REGISTRADO E FORNECEDOR

Fornecedor: Amoreiras Comércio de Vidro e Alumínio Ltda ME

Lote 1	Descrição	Qtde.	Vl. Unit./m²
Item			
1	Vidro cristal, incolor, espessura de 03 mm, para divisórias, marca UBV, Santa Marina.	50 m ²	68,00
2	Vidro cristal, incolor, espessura de 04 mm, para divisórias, marca UBV, Santa Marina.	50 m ²	75,00
3	Vidro cristal, incolor, espessura de 05 mm, para caixilho de alumínio (parte superior), marca UBV, Santa Marina.	40 m ²	85,00
4	Vidro cristal, incolor, espessura de 06 mm, para caixilho de alumínio (parte inferior), marca UBV, Santa Marina.	40 m ²	90,00
5	Vidro cristal, incolor, espessura de 06 mm, lapidado, para tampo de mesa, marca UBV, Santa Marina.	20 m ²	90,00
6	Vidro cristal, incolor, espessura de 06 mm, lapidado, modelado (¼ de círculo), para tampo de mesa, marca UBV, Santa Marina.	20 m ²	108,00
7	Vidro cristal, incolor, espessura de 06 mm, lapidado, para balcão, marca UBV, Santa Marina.	20 m ²	90,00
8	Vidro cristal, incolor, temperado, espessura de 10 mm, para portas com moldura de alumínio, marca UBV, Santa Marina.	20 m ²	190,00
9	Vidro cristal, incolor, temperado, espessura de 10 mm, para portas tipo vai-e-vem (com mola de piso), marca UBV, Santa Marina.	20 m ²	190,00
10	Vidro bronze, temperado, espessura de 10 mm, para portas tipo vai-e-vem (com mola de piso), marca UBV, Santa Marina.	20 m ²	225,00
11	Vidro bronze, laminado, espessura de 08 mm, para caixilhos de alumínio, marca UBV, Santa Marina.	20 m ²	350,00
12	Vidro laminado, espessura de 08 mm, para caixilhos de alumínio, marca UBV/Santa Marina.	20 m ²	350,00
13	Espelho cristal, prata, espessura de 04 mm, lapidado, marca Guardian.	50 m ²	185,00
Valor total: R\$ 55.260,00.			
Prazo de entrega dos materiais, devidamente instalados: 10 (dez) dias, a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho, com término dos serviços de instalação em 03 (três) dias, a partir do início dos mesmos.			
Prazo de garantia dos serviços: 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo por este Tribunal.			
Validade da ata: 29/07/2011.			